



## APONTAMENTOS ACERCA DO IDEALISMO TRANSCENDENTAL NO CONTEXTO DA *CRÍTICA DA RAZÃO PURA* DE KANT

*Notes on Transcendental Idealism in the Context of Kant's Critique of Pure Reason*

Renata Cristina L. Andrade  
FURG

**Resumo:** Este trabalho pretende oferecer uma *exposição* e *caracterização* de certas marcas (sinais) do Idealismo Transcendental presente na primeira *Crítica* de Kant. Para a realização dos presentes propósitos teremos como apoio algumas passagens do Prefácio à segunda edição da *Crítica da razão pura*, determinados pontos da *Estética Transcendental*, bem como tomaremos enquanto base de nossas reflexões a sexta seção da antinomia da razão pura, presente na *Crítica da razão pura*, denominada de “*O idealismo transcendental como chave para a solução da dialética cosmológica*”. Entendemos que Kant apresenta, nessa parte de sua *Crítica*, a caracterização específica e a peculiaridade decisiva do Idealismo Transcendental da *Crítica da razão pura*. Nossa investigação seguirá as seguintes etapas: i) apresentação da *Revolução Copernicana* em filosofia proposta por Kant, pois consideramos tal *revolução* – a mudança de método e no modo de pensar o conhecimento em geral, bem como, em específico, o conhecimento metafísico (filosofia) – o primeiro passo do filósofo em direção ao seu idealismo; ii) elucidação de algumas das conseqüências que Kant extrai das considerações realizadas por ele acerca do espaço e do tempo na *Estética Transcendental*, as quais assinalam, como diz Kant, a “*prova direta*” (B534) do idealismo transcendental, ou seja, da idealidade transcendental dos fenômenos; iii) análise e exposição da já citada sexta seção, na qual Kant oferece o que pensamos ser uma *caracterização* propriamente dita do Idealismo Transcendental da *Crítica da razão pura*, isto é, o tipo particular de idealidade que Kant atribui a todos os objetos do nosso conhecimento.

**Palavras-Chave:** Kant, idealismo transcendental, conhecimento.

**Abstract:** This work aims to offer an *exposure* and *characterization* of certain signs of Transcendental Idealism present in Kant's *Critics*. In order to do so we have as a support some pieces of Preface to the second edition of *Critique of Pure Reason*, named points of *Transcendental Aesthetic*; we also based our reflections on the sixth edition of antinomy of pure reason, present in *Critique of Pure Reason*, named “*The Transcendental Idealism as the key for cosmologic dialectic solution*”. We consider that Kant presents, in this part of his *Critics*, the specific characterization and the decisive peculiarity of Transcendental Idealism of *Critique of Pure Reason*. So, this investigation follows three steps: i) presentation of *Copernican Revolution* in philosophy proposed by Kant, once such *revolution* - the changing of the methods and the way they used to understand knowledge, in general, as well as, specifically, the metaphysics knowledge (philosophy) – is considered, by us, the philosopher's first step towards to his idealism; ii) elucidation of some consequences that Kant extracts from his considerations about space and time in *Transcendental Aesthetic*; such considerations feature, according to Kant, the “*direct proof*” (B534) of transcendental idealism, that is, of transcendental ideality of phenomena; iii) analysis and exhibition of the already mentioned sixth section, in which Kant offers what we think to be a *characterization* itself of Transcendental Idealism of *Critique of Pure Reason*, that is, a peculiar kind of ideality that Kant assigns to all objects of our knowledge.

**Keywords:** Kant, transcendental idealism, knowledge.

Houve, num primeiro momento, na época moderna a ampla confiança na razão humana e nas questões metafísicas, momento caracterizado pela metafísica racionalista, segundo Kant, a *metafísica dogmática*. Num segundo período houve a

descrença total no que dizia respeito à razão e a possibilidade do conhecimento metafísico; tal momento surge, em grande medida, pela própria contradição em que caíram muitos dos filósofos racionalistas, abrindo espaço para o chamado ceticismo.

Podemos dizer que foram essas as duas fortes posturas filosóficas presentes até então na modernidade, as quais mantinham relação, de algum modo, com uma das seguintes ideias: 1) a ideia de que “aquilo que é, é exatamente como é” e pode não possuir qualquer relação com o sujeito cognoscente, independentemente, desse modo, da apreensão do cognoscente e 2) a ideia de que “tudo aquilo que é não passa de meras ilusões e sua existência empírica é no mínimo duvidosa”.

Eis um breve esboço da situação em que se encontrava a razão (a metafísica) na época moderna. Primeiramente, a confiança total nos anseios da razão e, posteriormente, a descrença completa.

É nesse contexto Kant apresenta a sua *Crítica da razão pura*, uma crítica referente àquilo que Kant considerou uma “situação caótica” na qual se encontrava a metafísica à sua época; tanto no que pretendia investigar, quanto no seu modo de realização. Assim, Kant se propôs a investigar os *limites e alcances da razão enquanto uma faculdade de conhecimento*, nesse sentido, investigar o que nos é possível conhecer.

Segundo Kant, somente após a elaboração (e diante dos resultados) de uma crítica da razão pura<sup>1</sup>, o homem poderia julgar se os conhecimentos pertencentes aos domínios únicos da razão, seguem ou não, o estatuto seguro da ciência. Podendo afirmar, ademais, se tudo “é como é”, se tudo o que “é” não passa de meras ilusões, ou ainda se havia uma outra alternativa ou posição<sup>2</sup>.

Kant interroga-se, então, pela possibilidade do conhecimento metafísico (o conhecimento, segundo ele, no sentido estrito), pois, até o momento, não havia tal conhecimento encontrado o caminho seguro da ciência, ficando apenas sujeito às disputas entre racionalistas e empiristas, bem como às próprias confusões entre os racionalistas. O conhecimento metafísico seria impossível?

Kant nos aponta duas possibilidades: ou i) temos poucos motivos para confiar na nossa razão, afinal, num dos pontos do nosso desejo de conhecer ela não somente nos abandona, bem como nos ludibria e engana, ou ii) nos enganamos no caminho trilhado, até então, ao tratarmos de tais questões (metafísicas), ao buscar a via segura da metafísica enquanto uma ciência.

Kant, tomando os bons exemplos de sucesso científico da lógica, da matemática e da física, propõe uma mudança de *método*, isto é, uma mudança no caminho o qual fora trilhado. Propõe uma ruptura e, portanto, o não-compromisso com a tradição da metafísica tradicional. Assim, aponta que:

Até agora se supôs que todo o nosso conhecimento tinha que se regular pelos objetos; porém todas as tentativas de mediante conceitos estabelecer algo a priori sobre os mesmos, através do que ampliaria o nosso conhecimento, fracassaram sob essa presunção (KANT, 1983, p. 12)

Nesse momento, introduzindo o que Kant chama de *Revolução Copernicana* em

<sup>1</sup> Kant, nesse momento, não abandona as questões metafísicas, bem como também não adere a nenhuma das partes presentes na época moderna. Sua tentativa é de estabelecer um caminho o qual possa libertar a metafísica de sua atual situação de caos, instaurando o que ele chamou de um *tribunal da razão*, isto é, uma crítica (exame) prévia da própria capacidade, alcances e limites da razão, examinando imparcialmente as possibilidades de um conhecimento puro da razão.

<sup>2</sup> Mister se faz estabelecer um tribunal da razão *pura*, pois tendo como objeto de investigação um conhecimento especulativo da razão completamente independente de toda experiência, ou seja, um conhecimento puro da razão, não seria suficiente um exame da razão em geral (esta é também, freqüentemente, confundida com a razoabilidade de algo). Apenas diante de um tribunal da razão pura, Kant poderia pretender investigar um possível uso puro da razão humana e isso mediante princípios, pois a razão pura é a única que pode conter os princípios/fundamentos para conhecer algo a priori.

filosofia, o filósofo sugere a hipótese de uma alteração de método, ou seja, indica admitir a possibilidade de *os objetos do conhecimento se regulem pelo nosso modo de conhecê-los*. Nesse momento, verificamos o deslocamento da ênfase dada às preocupações com os próprios objetos para *o modo de conhecer* tais objetos (não podemos esquecer que, tendo em vista o que está sendo investigando, esse modo deverá ser possível *a priori*). Somente com tal deslocamento, segundo Kant, poderíamos, talvez, nos aproximar do que desejamos, a saber: a possibilidade de um conhecimento *a priori*, isto é, um conhecimento independente de toda e qualquer experiência<sup>3</sup>.

Vejam: se a metafísica é um conhecimento *a priori* e se os objetos da experiência devem orientar o nosso modo de conhecê-los, falta-nos o objeto oferecido pela metafísica para poder regular o nosso conhecimento. Invertendo o procedimento (Revolução Copernicana/sujeito regulando os objetos), o “objeto *a priori*” será o próprio sujeito, ou seja, a estrutura cognoscente do sujeito que conhece – essa estrutura *a priori* deverá regular e orientar os objetos de uma experiência possível. Desse modo, Kant apresenta, a título de hipótese<sup>4</sup>, uma mudança no método que a metafísica tradicional seguia, indicando uma capacidade (uma faculdade) de conhecimento própria do homem que conhece os objetos.

Eis porque a *revolução* em filosofia, segundo Kant, também se fez necessária, essa revolução “abre as portas”, inicia o caminho trilhado por Kant para chegar ao idealismo transcendental de sua *Crítica da razão pura*, podendo, também, encontrar um fundamento ao conhecimento, às pretensões da razão.

Consideramos a *revolução copernicana* de Kant, exatamente, o lugar de origem do idealismo transcendental presente na primeira *Crítica*, instante no qual o filósofo já oferece fortes indícios de seu típico idealismo. Notamos, nesse momento, a presença de uma particularidade do idealismo de Kant, a saber: a correspondência não mais dos objetos do conhecimento e as próprias coisas, mas antes, a correspondência entre os objetos do conhecimento e o sujeito o qual conhece esses objetos. Tal conexão fora proposta (precisamente e somente) pela revolução copernicana em filosofia indicada por Kant.

Em decorrência da revolução kantiana no método e no modo de pensar os objetos de conhecimento, isto é, tendo em vista a proposta de Kant no que diz respeito ao conhecimento metafísico, bem como ao conhecimento objetivo em geral, coube, então, ao filósofo, investigar a nossa capacidade de recepção desses objetos, averiguando uma faculdade cognitiva própria do sujeito cognoscente<sup>5</sup>.

No que diz respeito a essa faculdade cognitiva (própria do sujeito cognoscente), Kant afirma que há nela dois troncos (os quais talvez brotem de uma mesma raiz comum – a mente humana), a saber: a *sensibilidade* e o *entendimento*. Eis os *elementos* da primeira divisão da primeira *Crítica* intitulada “*Doutrina Transcendental dos Elementos*”.

Segundo Kant, mediante a *sensibilidade* somos capazes de receber os objetos que nos são dados e mediante o *entendimento* esses objetos são pensados. A *sensibilidade* nos fornece as *intuições* e o *entendimento* os *conceitos*. Esses pares *sensibilidade/intuição* e *entendimento/conceito* estão sempre presentes na *Crítica da razão pura*, são, na visão do filósofo, como dois pilares de sustentação de todo o

<sup>3</sup> Kant enxerga essa alteração no método tradicional como a única alternativa possível para poder talvez salvar a metafísica. Segundo ele, apenas admitindo que o conhecimento possa depender do sujeito cognoscente, pelo menos tanto quanto dos objetos (e, assim, não mais tomar unicamente o objeto como algo dado, diante do qual a razão necessariamente tem de submeter-se), poderemos representar, desse modo, a possibilidade de conhecer algo *a priori* desses objetos, a saber, os caracteres que o objeto receberá do nosso próprio modo de conhecer. Kant vislumbra a possibilidade de saber algo *a priori* dos objetos se admitirmos que o sujeito possa conhecer *a priori* aquilo que ele produz ou dependa de alguma maneira dele. (*Crítica da razão pura* B X III).

<sup>4</sup> Kant entende a sua proposta como uma hipótese, como um experimento da razão que só pode se justificar pelo seu próprio sucesso (HÖFFE, 2005, p. 43).

<sup>5</sup> Kant passará a considerar que objetos nos são dados e não serão mais em si independentes do sujeito cognoscente.



*conhecimento possível* e estarão sempre em relação – sem que um seja mais importante do que o outro.

Seguindo com as considerações kantianas, nenhuma dessas faculdades deve ser preferida à outra, como também não podem trocar de função. Aqui temos a posição nova e mediadora de Kant, o *reconhecimento da necessidade da sensibilidade tanto quanto do entendimento*. Segundo o filósofo, sem a sensibilidade nenhum objeto nos seria dado, e sem o entendimento nenhum seria pensado<sup>6</sup> (*Crítica da razão pura* B76).

Se sensibilidade e entendimento são indispensáveis ao conhecimento e devem operar juntos na aquisição do conhecimento, primeiramente, se faz necessário a exposição de uma teoria da sensibilidade, pois antes de qualquer objeto ser pensado pelo entendimento, é preciso verificar as condições segundo as quais esse objeto é dado e recebido pela sensibilidade. É o que ocorrerá na *Estética Transcendental*, podemos dizer que Kant oferece uma teoria da sensibilidade e, na medida em que a sensibilidade contiver representações *a priori* (tais representações, caso possíveis, serão uma das condições fundamentais para todos os objetos da experiência), tal teoria pertencerá à crítica transcendental<sup>7</sup>.

Na *Estética Transcendental*, mediante um duplo processo de abstração – primeiro de tudo aquilo que o entendimento pensa com os seus conceitos e, segundo, de tudo o que pertence à sensação – Kant chega ao que ele denomina de as *formas puras da intuição sensível*, isto é, aquilo que pode fazer com que a multiplicidade dada receba uma ordenação mínima. Segundo Kant, há duas formas puras da intuição sensível, as quais podem fundamentar o conhecimento *a priori* das coisas, a saber: o espaço e o tempo<sup>8</sup>.

Justificando o espaço e do tempo enquanto formas puras da intuição (primeiramente, na exposição metafísica do espaço e do tempo<sup>9</sup>), Kant oferece quatro notas essenciais do espaço e também do tempo.

Com as duas primeiras características, o filósofo mostra que o espaço e o tempo são *representações a priori* e com as duas seguintes aponta que espaço e tempo não possuem caráter conceitual, mas, intuitivo; o que significa que não concebemos o espaço, nem o tempo, conceitualmente (mediante o intelecto), mas, intuitivamente (mediante a sensibilidade).

Após a exposição metafísica do espaço e do tempo, Kant apresenta a exposição transcendental dos mesmos. Tal exposição visa reforçar que espaço e tempo são representações *a priori* da intuição pura, intuição a qual se encontra no próprio sujeito indicando a *forma* de toda a intuição sensível (externa ou interna). Nesse sentido, visa também demonstrar que espaço e tempo possuem uma função constitutiva em relação aos objetos, ou seja, os apresenta com um *princípio*, uma forma fundamental sem a qual não seria possível qualquer objeto empírico, nem mesmo compreender a possibilidade da síntese *a priori*.

Assim, temos que: i) espaço e tempo não são propriedades pertencentes às

<sup>6</sup> Tendo em vista a natureza humana, a qual é constituída de modo tal que a intuição não pode ser senão sensível, não é possível para o homem uma intuição intelectual, criadora de seus próprios objetos. Os objetos nos afetam na sensibilidade e são pensados pelo entendimento. Para Kant não se deve confundir as contribuições da sensibilidade e do entendimento (duas faculdades ou capacidades – o modo de conhecer do homem), o que, precisamente, ocorrera anteriormente – a confusão dessas duas capacidades, ou seja, intelectualizaram sensações e “sensualizaram” os conceitos.

<sup>7</sup> Pode-se chamar transcendental o conhecimento em que essas representações (intuições e conceitos) de modo algum são de origem empírica, e a possibilidade pela qual podem não obstante tornar possível um conhecimento *a priori* a objetos da experiência (*Crítica da razão pura* B81. Nesse sentido, verificamos que na *Crítica da razão pura*, o termo *transcendental* opõe-se ao empírico, mas refere-se aos objetos da experiência na medida em que não pretende ultrapassar o domínio da experiência possível.

<sup>8</sup> Nesse momento, Kant nomeia aquilo que, possivelmente, pode resolver o problema capital da *Crítica da razão pura*, a saber: a possibilidade dos juízos sintéticos *a priori*.

<sup>9</sup> Exposição: representação clara e suficiente daquilo que pertence a um conceito, uma exposição clara das notas e marcas características de um conceito suficiente para extrair conseqüências ou localizar um conceito. Metafísica: na medida em que essa representação possa ser dada *a priori*.

próprias coisas senão enquanto as percebemos; ii) o espaço é a *forma* (princípio de determinação) de todos os fenômenos do sentido externo (figura, posição); iii) o tempo é a *forma* do sentido interno (estados internos). Porém, mesmo que essa intuição interna não nos forneça figura alguma, devemos considerá-la enquanto condição formal *a priori* dos fenômenos em geral, afinal, todas as representações tenham elas ou não figuras externas, enquanto determinação do sujeito, pertencem ao seu estado interno, este estado subsume-se à condição formal da intuição interna – ao tempo. Desse modo, o tempo é a condição formal imediata dos fenômenos internos bem como a condição formal mediada dos fenômenos externos; os *fenômenos externos* nos aparecem no espaço, mas temos ciência deles no tempo.

Devemos observar que depois do desenvolvimento da *Estética Transcendental* (a teoria da sensibilidade kantiana) os objetos nos são dados e nos afetam, não sendo mais independentes da cognição do homem e, assim, quaisquer que sejam suas propriedades, são eles, primeiramente, *espaço-temporais*. Na *Estética Transcendental* Kant diz ter provado suficientemente que:

[...] tudo o que é intuído no espaço e no tempo, portanto, todos os objetos de uma experiência possível para nós, não passam de fenômenos, isto é, meras representações, que, tal como são representados, como entes extensos ou séries de mudanças, não possuem uma existência fora de nossos pensamentos e fundada em si [...] (KANT, 1983, p.253).

Temos presente nessa passagem uma caracterização peculiar do que Kant denomina de *idealismo transcendental*<sup>10</sup>. Tudo o que é intuído no espaço e no tempo (nosso modo de recepção dos objetos), isto é, todos os objetos de uma experiência possível para nós, não passam de *fenômenos* – representações que não são e não podem ser corpos extensos, ou séries de mudanças, independentes de nossa mente, bem como não podem ser fundamentados em si próprios.

Como veremos é exatamente pela distinção entre fenômeno e a própria coisa em si mesma, o lugar no qual encontramos um das marcas essenciais do idealismo kantiano – a divisão da faculdade humana em dois troncos (*sensibilidade e entendimento*<sup>11</sup>), a divisão de todos os objetos em geral em *fenômeno* e *coisa em si*, constituem o que podemos designar enquanto as principais contribuições da filosofia teórica de Kant.

Segundo Kant, as nossas representações jamais poderiam ser das coisas em si mesmas, afinal, a partir do momento em que as coisas nos aparecem sob a condição subjetiva da nossa sensibilidade, ou seja, sob quadros espaço-temporais, elas já não são mais em si, mas são em união com a estrutura sensível do sujeito (tudo aquilo que é, apenas pode ser no espaço e no tempo), desse modo, somente conhecemos as coisas enquanto fenômenos – segundo o nosso modo de concebê-las, não em si mesmas. O que há na coisa em si, separadamente de toda nossa sensibilidade receptiva, permanece-nos desconhecida<sup>12</sup>.

<sup>10</sup> Posição retomada também nos *Prolegômenos*: “Eu, pelo contrário, afirmo: são-nos dadas coisas como objetos dos nossos sentidos e a nós exteriores, mas nada sabemos do que elas possam ser em si mesmas; conhecemos unicamente os seus fenômenos, isto é, as representações que em nós produzem ao afetarem os nossos sentidos” (KANT, 1988, p. 58).

<sup>11</sup> Até então foi procurado na sensibilidade e no entendimento duas fontes inteiramente distintas de representações, alguns filósofos anteriores a Kant, ativeram-se sempre apenas a uma das fontes que, porém, só em conexão, segundo Kant, poderiam julgar objetivamente sobre as coisas. *Crítica da razão pura* B 327.

<sup>12</sup> Nota-se que Kant não nega a existência da coisa em si mesma, mas o que quer que ela seja não podemos conhecê-las, pois o nosso modo de conhecer, o nosso modo de intuir não nos permite. É como o filósofo explica: “Por conseguinte, admito que fora de nós há corpos, isto é, coisas que, embora nos sejam totalmente desconhecidas quanto ao que possam ser em si mesmas, conhecemos mediante as representações que o seu efeito sobre a nossa sensibilidade nos procura, coisas que damos

Do exposto (espaço e tempo enquanto forma *a priori* da nossa intuição sensível) infere-se a *idealidade transcendental* e a *realidade empírica* (*Crítica da razão pura* B44/B52) tanto do espaço quanto do tempo, bem como dos objetos de nosso conhecimento possível (objetos no espaço e no tempo). Nas palavras do filósofo:

Nossas exposições ensinam, portanto, a *realidade* (isto é, a validade objetiva) do espaço no tocante a tudo o que pode nos ocorrer externamente como objeto, mas ao mesmo tempo a *idealidade* do espaço no tocante às coisas quando ponderadas em si mesmas pela razão, isto é, sem levar em conta a natureza da nossa sensibilidade. Logo, afirmamos a *realidade empírica* do espaço (com vistas a toda possível experiência externa) e não obstante a sua *idealidade transcendental*, isto é, que ele nada é tão logo deixemos de lado a condição de possibilidade de toda a experiência e o admitamos como algo subjacente às coisas em si mesmas (KANT, 1983, p. 43).

Nossas afirmações ensinam, portanto, a *realidade empírica* do tempo, isto é, a validade objetiva com respeito a todos os objetos que possam ser dados aos nossos sentidos. E uma vez que nossa intuição é sempre sensível, na experiência jamais pode nos ser dado um objeto que não estiver submetido à condição do tempo. Contrariamente, contestamos ao tempo todos reclamos de realidade absoluta, como se, também sem tomar em consideração a forma de nossa intuição sensível, fosse absolutamente inerente às coisas como condição ou propriedade. Tais propriedades concernentes às coisas em si jamais podem nos ser dadas pelo sentido. Nisso consiste, a *idealidade transcendental do tempo*, segundo a qual o mesmo é absolutamente nada se se abstrai das condições subjetivas da intuição sensível, não podendo ser incluído nem como subsistindo nem como inerindo aos objetos em si mesmo (sem a sua relação com a nossa intuição) (KANT, 1983, p. 47).

De modo geral, podemos classificar os diferentes sistemas filosóficos ocidentais, no que diz respeito ao estatuto dos objetos da experiência, segundo duas principais posições, a saber: o *realismo* e o *idealismo*.

Pela primeira posição (o realismo), de maneira muito genérica, endentemos aquela posição que, em geral, considera indubitável a existência de objetos da experiência externa, independentes de serem ou não percebidos por nós ou estarem de algum modo em relação com o sujeito cognoscente. Nesse sentido, na visão de Kant, tal corrente realista faz de nossas representações coisas subsistentes em si, tomando meras representações como coisas em si mesmas (o que Kant chama de realismo no sentido transcendental).

Pela segunda (o idealismo tradicional, empírico ou material), também de modo genérico, endentemos aquela posição que mesmo aceitando a realidade própria do espaço, nega ou pelo menos considera duvidosa a existência de entes extensos (externos), não apontando, com exatidão, as diferenças entre a realidade e o sonho.

Dado as devidas definições é possível observar que o idealismo de Kant difere-se do idealismo tradicional (empírico ou material)<sup>13</sup>, pois, Kant, ao contrário de negar ou considerar duvidosa a existência de entes externos, com o seu idealismo transcendental, também classificado pelo filósofo de idealismo formal<sup>14</sup>, não nega, em momento algum, a possibilidade de tais entes, não coloca em dúvida a possibilidade das coisas exteriores, porém, o que quer que elas sejam em si, a nós permanecem sempre desconhecidas. Observe que, para Kant, todos os predicados que compõem a intuição de um objeto, pertencem somente ao seu fenômeno. No entanto, a existência externa

---

o nome de um corpo, palavra essa que indica apenas o fenômeno deste objeto que nós é desconhecido, mas, nem por isso, menos *real*. Grifo meu. (KANT, 1988, p. 58).

<sup>13</sup> O próprio filósofo diz que devemos distinguir o idealismo tradicional (empírico ou material) de um idealismo transcendental ou formal, nome legítimo fornecido pelo próprio filósofo (*Prolegômenos* – A 369).

<sup>14</sup> Não diz respeito à matéria, mas à forma, ou seja, à contribuição do sujeito cognoscente.



da coisa que aparece não é abolida, como ocorre no *idealismo verdadeiro* (tradicional); é evidenciado, com a teoria kantiana, simplesmente que não podemos conhecer (mediante os sentidos) como a coisa é em si mesma. (*Prolegômenos* – A64).

O objeto sensível (*fenômeno*) de Kant é na medida em que os homens o produzem mediante a afecção, isto é, na medida como é percebido pelo nosso modo de recepção espaço-temporal. Para Kant, o que é, é sempre algo que se apresenta ao sujeito cognitivo. Por exemplo: para que eu veja algo, primeiramente, é preciso um espaço e um tempo, no qual se ordenam as impressões sensíveis recebidas pela visão.

Desse modo, seguindo com as considerações do filósofo, as propriedades dos objetos como o azedo, a cor, bem como a extensão, a quadratura, não existe na própria coisa, não são propriedades intrínsecas à própria coisa em si. Mesmo assim, vale ressaltar, Kant não nega a própria coisa, mas, a coisa em si não é tal qual ela nos aparece aos olhos, o que percebemos sensivelmente é somente o seu fenômeno; estamos diante, pois, da posição de Kant a qual difere da postura dos seus precursores, os quais, como vimos, consideraram a existência de entes externos ao menos duvidosa ou, por outro lado, existentes em si mesmo.

Do idealismo transcendental kantiano segue-se um realismo empírico<sup>15</sup>, pois algo é (Kant não nega as coisas que nos aparecem no espaço e no tempo, bem como não nega o próprio espaço e tempo), mesmo não sendo em si mesmo como nos aparece, mesmo que em si nos seja incognoscível. Kant estabelece a existência externa de algo, a saber, o fenômeno – há o testemunho da presença do objeto (embora ele não seja em si tal qual nos aparece) fato que os demais “idealistas” não estabeleceram. Temos com o realismo empírico de Kant uma realidade, mesmo sendo uma *realidade percebida*, eis outra peculiaridade do idealismo da *Crítica da razão pura*.

Tendo em vista que todo o conhecimento somente é possível mediante uma intuição e, que esta não é possível sem pressupor um dado no espaço e no tempo, tais formas puras da intuição também possuem realidade empírica e, na medida em que os fenômenos necessitam de relações espaço-temporais para serem conhecidos empiricamente (as coisas são apenas no espaço e no tempo), espaço e tempo adquire realidade empírica. Porém, disso não se segue que espaço e tempo existam em si ou sejam propriedades inseparáveis das coisas em si mesmas; eles são condições sob as quais *unicamente* podem aparecer os objetos para nós, nesse sentido, possuem idealidade transcendental, caso abandonemos as condições de possibilidade do conhecimento (relação entre sujeito e objeto), espaço e tempo nada são.

O idealismo transcendental unido ao realismo empíricos caracterizados na *Crítica da razão pura*<sup>16</sup> assinala que nenhuma propriedade que atribuímos às coisas é propriedade das coisas em si mesmas, mas antes do seu fenômeno, ou seja, é o modo de determinarmos as coisas. Por exemplo: a mesa, a cadeira, bem como todo objeto externo, apenas possui sentido mediante a relação com a estrutura sensível do homem. Portanto, do idealismo transcendental – caracterizado fundamentalmente pela distinção ente fenômeno e coisa em si (distinção entre o objeto do conhecimento e a própria coisa) – decorre o realismo empírico, pois algo é (algo existe empiricamente); o que não conhecemos (não nos é possível conhecer) é a própria coisa, porém, conhecemos empiricamente algo, a saber: o *fenômeno*.

Na sexta seção da antinomia da razão pura (*Crítica da razão pura*) intitulada de “*O idealismo transcendental como chave para a solução da dialética cosmológica*”, Kant nos oferece uma caracterização do termo *fenômeno*<sup>17</sup> utilizado por ele para designar todo o limite de nosso conhecimento, ou seja, o que podemos conhecer das coisas segundo o nosso modo de conhecimento.

Para Kant, os fenômenos são entes reais (efetivos) mediante a nossa *percepção*,

<sup>15</sup> Diferentemente do realismo dito transcendental o qual toma as aparições como coisas subsistentes e as consideram incontestáveis.

<sup>16</sup> Diferentemente do idealismo empírico o qual reclama um realismo transcendental.

<sup>17</sup> O qual distinto da coisa em si mesma especifica o idealismo transcendental da *Crítica da razão pura*.

isto é, segundo o modo como os objetos nos aparecem (nos são dados) e por nos são percebidos. Segundo Kant, nada material, ou seja, fenomênico, efetua-se sem que antes ocorra a *percepção*; a percepção indica a realidade de algo no espaço e no tempo – indica a realidade de toda experiência possível para os homens. Nesse sentido, a nossa percepção dos objetos do conhecimento não é outra coisa senão a realidade de uma aparição, de uma representação, isto é, um *fenômeno*. (*Crítica da razão pura* B521).

Kant aponta que: i) mediante a nossa percepção temos a representação de uma realidade; ii) essa realidade é representada mediante a nossa sensibilidade (sentido externo e interno – espaço e tempo); iii) o próprio espaço e tempo não são outra coisa senão uma representação (*a priori*) – não há algo real no espaço e tempo que não sejam neles representado.

O real dos fenômenos é, desse modo, apenas uma realidade mediante a percepção, pois para um fenômeno antes da percepção há somente duas possibilidades, ou 1º) temos de encontrar tal percepção no decorrer (no progresso) da nossa experiência, ou 2º) não há significado algum, ou seja, não há o objeto fenomênico (objeto de conhecimento humano) algum.

Podemos afirmar que os *fenômenos* (aquilo que é no espaço e no tempo) são representações as quais não encontradas em nós (na percepção espaço-temporal dos objetos) não podem ser encontradas em parte alguma.

Desse modo, devemos apontar que o idealismo de Kant na *Crítica da razão pura* não nega uma existência real dos objetos, isso significa que conhecemos algo, a saber: o *fenômeno*. No entanto, o espaço e o tempo, bem como todos os seus fenômenos, não são em si mesmo coisas; nada mais são que *representações*, não podendo de modo algum existir independente de *nosso modo de conhecer*.

Disso (das meras representações) não se segue que o nosso modo de intuir os objetos apenas é capaz de nos fornecer uma representação confusa das coisas em si (como afirmaram alguns filósofos e nisso também está presente a crítica de Kant), a distinção entre uma *representação obscura* e uma *representação clara*, segundo Kant, é meramente *lógica* e não diz respeito à origem e conteúdo dessa representação. Para Kant as diferenças entre uma representação sensível e uma representação conceitual não se apresenta no grau de clareza dessa representação, pois a nossa receptividade, ou seja, a nossa capacidade de conhecimento denominada sensibilidade, permanece infinitamente distinta do conhecimento da coisa em si mesmo que pudéssemos penetrar (esclarecer) até o mais fundo de um fenômeno (*Crítica da razão pura* – B61).

Na visão de Kant, mediante a nossa capacidade de conhecimento não apenas não conhecemos a coisa em si confusamente, bem como não a conhecemos de maneira alguma, pois eliminando a nossa sensibilidade receptiva não restará o objeto representado com as propriedades que a intuição sensível lhe atribui. A sensibilidade humana determina formalmente todo objeto enquanto fenômeno, ou seja, confere a forma necessária, a ordenação mínima que é preciso para que qualquer objeto possa ser conhecido.

Também não se segue que do nosso conhecimento de fenômenos, apenas conhecemos meras ilusões. Observe que Kant não diz: *parece* que os objetos são extensos; mas antes afirma: objetos nos aparecem e são percebidos por nós num espaço e num tempo e somente nessa relação espaço-temporal podem efetivar-se. Há a ocorrência real (efetiva) no espaço e no tempo, ou seja, o que se manifesta no espaço e no tempo existe e, embora, isso que exista não seja em si tal como ele se expresse a nós, isso não implica dizer que nada conhecemos, ou que tudo não passa de meras ilusões – a ilusão está, segundo Kant, precisamente em querer atribuir propriedades pertencentes aos fenômenos à coisa em si mesma.

Nesse sentido, o fenômeno diz respeito a uma realidade, não há nada de ilusório, porém, trata-se de uma *realidade percebida*, a qual se apresenta somente na relação do *objeto* com o *sujeito*; sendo assim, a realidade empírica (conhecimento) pode



ser assegurada e, embora referindo-nos sempre a fenômenos, o fenômeno é, é no espaço e no tempo algo cognoscível empiricamente para nós.

Eis o idealismo kantiano, significando que, primeiramente, nenhuma determinação que atribuímos às coisas é própria das coisas em si (a coisa em si, o quer que ela seja, ao homem, é sempre incognoscível) e, segundo, indicando a não possibilidade da existência de objetos independente da cognição (apreensão) humana.

Vemos, desse modo, que, seguindo com a filosofia especulativa de Kant, a revolução copernicana proposta pelo filósofo se confirma, pois os objetos do conhecimento possível não possuem realidade empírica independente da cognição humana, independente do aparato cognitivo humano – nosso conhecimento é de seres extensos no espaço ou seres sucessivos no tempo e disso depende o nosso conhecimento dos objetos. O quer que seja dado enquanto coisas em si mesmas, sem relação com uma experiência possível, isto é, sem relações *espaço-temporal*, elas nada são para o homem – para o homem apenas é passível de cognição o objeto fenomênico, nunca a coisa em si mesma.

Nota-se que Kant não se nega como um idealista<sup>18</sup>, mas antes, qualifica o termo idealista, caracterizando o seu idealismo de *Idealismo Transcendental* ou *Formal*<sup>19</sup>. De acordo com Kant:

Demonstramos suficientemente na *Estética Transcendental* que tudo o eu é intuído no espaço ou no tempo, portanto, todos os objetos de uma experiência possível para nós, não passam de fenômenos, isto é, meras representações, que, tal qual são representados, como entes extensos ou séries de mudanças, não possuem uma existência fora de nossos pensamentos e fundada em si. Denomino esse conceito doutrinário de *idealismo transcendental*. Também o chamarei às vezes de *idealismo formal* para distingui-lo do *material*, isto é, do comum, que, duvida da existência das próprias coisas exteriores ou a nega (KANT, 1983, p. 253).

Vale mencionar que na *Estética Transcendental* Kant apresenta a *idealidade* do espaço e do tempo (bem como de todos os seus fenômenos), na sexta seção da antinomia da razão pura verificamos a caracterização dessa *idealidade* mediante a caracterização do termo fenômeno.

Concluindo nossas considerações acerca do *Idealismo Transcendental no contexto da Crítica da razão pura*, segue-se que: i) não nos é possível ter a cognição de qualquer objeto senão na relação entre o objeto e o sujeito cognoscente; ii) somente pela forma da intuição sensível (espaço e tempo) nos é possível conhecer algo *a priori* (o que é necessário tendo em vista as investigações de Kant no que diz respeito ao conhecimento na primeira *Crítica*); iii) apenas conhecemos os objetos como eles nos aparecem (aos nossos sentidos no espaço e no tempo), ou seja, conhecemos o *fenômeno* (a existência *percebida* e *representada*) e não como os objetos podem ser em si mesmos.

Eis algumas das referências (e esclarecimentos) do que pensamos ser o típico *Idealismo* inerente à *Crítica da razão pura* de Kant.

## Referências

ALMEIDA, A. G. Kant e o “escândalo da filosofia”. *Kriterion*. Belo Horizonte, nº 95, junho/97, p. 49-72.

GUERZONI, J. A. D. A caracterização Preliminar das Aptidões Cognitivas: *Intuição* e

<sup>18</sup> A refutação de Kant é contra o idealismo empírico.

<sup>19</sup> Ou ainda de *Idealismo Crítico (Prolegômenos A71)*.

---

*Conceito (B33/A19 e B74-5/A50-1)*. In: MARQUES, E. et. al. (Orgs). *Verdade, Conhecimento e Ação: Ensaio em Homenagem a Guido Antonio de Almeida e Raul Landim Filho*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

DALBOSCO, C. A. Idealismo transcendental e ontologia. In: Cenci, A, V (org). *Temas sobre Kant: metafísica, estética e filosofia política*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

\_\_\_\_\_. *O Idealismo transcendental de Kant*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

GUYER, P. *Kant and the Claims of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

HÖFFE, O. *Immanuel Kant*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

\_\_\_\_\_. *Prolegômenos a toda metafísica futura*. Lisboa: Edições 70, 1988.

TERRA, R. R. *Passagens: estudos sobre a filosofia de Kant*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

TORRES, J. C. B. *Cognição intuitiva e pensamento De Re. Analytica*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 33-63, 1999.

---

Doutorado em Educação (UNESP)  
Professora Visitante PPG Educação (FURG)  
E-mail: [renataclopes@yahoo.com.br](mailto:renataclopes@yahoo.com.br)